



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
Av. dos Portugueses, 1966, - Bairro Vila Bacanga, São Luís/MA, CEP 65080-805  
Telefone: (98) 3272-8000 - <https://www.ufma.br>

Portaria nº 1234/2024/FUMA/OEG/PROGEP/UFMA

Dispõe sobre a concessão e revisão de progressões e promoções funcionais dos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal na Universidade Federal do Maranhão e dá outras providências.

**A PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS**, no uso de suas atribuições legais, Estatutárias e Regimentais que lhe confere a PORTARIA Nº 675/2023 - GR;

**CONSIDERANDO** o Parecer n. 00038/2023/CGGP/DECOR/CGU/AGU, de 23 de novembro de 2023, que trata do reconhecimento da natureza declaratória das progressões/promoções docentes e assegura a possibilidade de haver progressão em mais de um nível, de uma só vez, pelo acúmulo de interstícios;

**CONSIDERANDO** o Parecer n. 00002/2024/CFEDU/SUBCONSUS/PGF/AGU, de 19 de setembro de 2024, que estabelece como referência para os efeitos financeiros das progressões/promoções docentes a data de integralização do interstício nos termos dos artigos 13-A e 15-A da Lei n. 12.772/2012, e permite revisões, respeitada a prescrição quinquenal;

**CONSIDERANDO** a NOTA n. 00014/2024/GAB/PFUFMA/PGF/AGU, que trata de consulta realizada à Procuradoria Federal junto à UFMA;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Estabelecer normas e procedimentos para a concessão e revisão de promoções e progressões concedidas a docentes do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com aplicação do Parecer n. 00038/2023/CGGP/DECOR/CGU/AGU e do Parecer n. 00002/2024/CFEDU/SUBCONSUS/PGF/AGU.

**Art. 2º** A Avaliação de Desempenho realizada pelas Comissões competentes, necessárias para consolidar o direito à progressão funcional, não terá mais o condão de modificar a data de concessão, sendo o interstício de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da última progressão ou promoção mantida como a data de referência para as progressões seguintes, desde que cumpridos os demais requisitos legais.

**§1º** A partir da aprovação dos Pareceres no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, consolidou-se interpretação de que a avaliação de desempenho para fins de progressão/promoção funcional docente possui natureza meramente declaratória e não mais constitutiva.

**§2º** Para processos em tramitação em qualquer instância da Universidade e que ainda não possuam o registro (Portaria) da concessão da progressão ou promoção funcional nos autos pela Subseção de Progressão/PROGEP, os efeitos financeiros já considerarão o disposto no caput e no §1º, conforme o caso, não sendo necessária qualquer solicitação por parte do/a docente para este fim.

#### **DAS REVISÕES DE PROGRESSÕES**

**Art. 3º** Caberá revisão, a pedido do(a) interessado(a), das progressões e promoções funcionais já concedidas, a fim de promover os ajustes funcionais e financeiros necessários em atenção ao disposto no Art. 2º, respeitada a prescrição quinquenal estabelecida no Decreto n. 20.910/1932.

**Art. 4º** O docente que já obteve progressão ou promoção funcional e desejar revisão com base no novo entendimento deverá adotar os seguintes procedimentos:

I - Para as concessões de progressão/promoção em que o processo inicial foi formalizado no SIPAC: o docente deverá solicitar o desarquivamento à DEPA do processo original que concedeu a progressão ou promoção funcional a ser revisada (<https://portalpadrao.ufma.br/servicos/servicos/ppgt/depa/Desarquivamento-de-Processos>);

II - Para as concessões de progressão/promoção em que o processo inicial foi formalizado no SEI: o docente deve reabrir o processo em sua unidade;

III - Anexar ao processo desarquivado o formulário "REQUERIMENTO DE REVISÃO DE PROGRESSÃO/PROMOÇÃO DOCENTE", devidamente preenchido e assinado, conforme modelo disponibilizado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

IV - Encaminhar os autos à Comissão de Avaliação Docente (CAD) para análise.

**§1º** Compete à CAD:

- I - Analisar o processo e emitir novo Relatório de Avaliação do Desempenho Acadêmico (RAD) referente ao período de revisão;
- II - Manifestar-se pela aprovação ou desaprovação do pedido;
- III - Solicitar, quando necessário, informações adicionais ao docente para subsidiar a análise;
- IV - Encaminhar o processo à CPPD.

**§2º** O novo RAD deverá considerar toda a documentação apresentada, observando os critérios estabelecidos na Tabela de Pontuação da RESOLUÇÃO Nº 313-CONSAD, de 10 de novembro de 2023 e RESOLUÇÃO Nº 301-CONSAD, 25 de setembro de 2023, e suas respectivas alterações.

**§3º** A CPPD deverá:

- I - Analisar o processo e emitir parecer conclusivo informando a data de cumprimento do interstício e indicando expressamente o período de início e fim para a concessão da revisão requerida;
- II - Em caso de Parecer favorável, encaminhar o processo à Subseção de Progressão da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (SPROG/PROGEP) para providências cabíveis;
- III - Em caso de Parecer desfavorável, notificar o interessado, que poderá apresentar recurso nos termos do § 4º deste artigo.

**§4º** Em caso de indeferimento, o pedido de revisão seguirá o trâmite recursal previsto no Art. 28 da RESOLUÇÃO Nº 313-CONSAD, de 10 de novembro de 2023 e Art. 23 da RESOLUÇÃO Nº 301-CONSAD, 25 de setembro de 2023.

**Art. 5º** Os pedidos de revisão observarão:

I - Para pedidos protocolados antes de 23 de novembro de 2023 e ainda não apreciados, o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para pagamento dos efeitos financeiros será contado a partir desta data, na qual houve a mudança de entendimento administrativo, e o reposicionamento funcional considerará a data de cumprimento dos requisitos legais.

II - Para os demais casos, cabe ao docente, que desejar revisão, apresentar novo requerimento. Nesta situação, o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para pagamento dos efeitos financeiros da progressão será contado a partir da data do novo requerimento e o reposicionamento funcional considerará a data de cumprimento dos requisitos legais.

Parágrafo único. Em qualquer caso, deverão ser respeitados os interstícios correspondentes ao período solicitado, nos termos dos artigos 13-A e 15-A da Lei nº 12.772, de 2012.

**Art. 6º** Comprovado o preenchimento dos requisitos para obtenção da revisão, a PROGEP promoverá a adequação da situação funcional do docente, emitindo o Ato de Revisão, retificando os registros funcionais e procedendo ao reposicionamento na carreira.

**Art. 7º** No caso de progressões sob discussão judicial, o pedido administrativo de revisão será processado parcialmente, observando-se que:

- I - O reposicionamento funcional considerará a data de cumprimento dos requisitos legais;
- II - Os efeitos financeiros decorrentes do possível reposicionamento ficarão sobrestados até a comprovação da desistência da respectiva ação judicial;
- III - Após a comprovação da desistência judicial, deverá ser aplicado o estabelecido pela PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012 para o processamento dos valores devidos, caso aplicável.

**Art. 8º** Os pedidos de revisão funcional não se aplicam à promoção para a Classe de Professor Titular, de acordo com o disposto no PARECER n. 00019/2024/DECOR/CGU/AGU.

## **DAS PROGRESSÕES MÚLTIPLAS**

**Art. 9º** Nos casos em que o docente já tenha cumprido mais de um interstício e ainda não tenha solicitado progressão, ele poderá requerer, via SEI, a análise acadêmica de todos os interstícios já cumpridos, sendo considerado como progressão múltipla.

**Art. 10.** Deverá haver a concessão da progressão por interstícios acumulados, tantos quantos forem demonstrados o preenchimento dos requisitos. Assim, para cada interstício de progressão funcional, deve-se comprovar nos autos que houve o atendimento dos requisitos legais exigidos, bem como que eles tenham sido

cumpridos nos períodos relativos a cada nível funcional.

**Art. 11.** Os efeitos financeiros decorrentes das progressões múltiplas retroagirão até o limite de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de protocolização do requerimento, desde que comprovados os interstícios correspondentes ao período solicitado, respeitando a prescrição quinquenal, na forma expressa pelos artigos 13-A e 15-A da Lei n. 12.772, de 2012

**Parágrafo único.** Nos casos de pedidos de progressões múltiplas anteriores a 23 de novembro de 2023 e que ainda não foram apreciados, a prescrição quinquenal para pagamento dos efeitos financeiros deve ser calculada tendo como marco esta data, na qual houve novo entendimento em âmbito administrativo.

## DAS PROGRESSÕES ATUAIS

**Art. 12.** Os pedidos de progressão atualizados, que não tratam de solicitações múltiplas ou de reposicionamento/revisão, deverão ser solicitados, exclusivamente, via sistema SIGAA, nos termos da Instrução Normativa nº 1094464/2024/FUMA/OEG/PROGEP/UFMA.

**Art. 13.** Os procedimentos relativos ao processo de avaliação de desempenho acadêmico para fins de progressão e promoção na Carreira de Magistério Superior, realizados por meio dos Sistemas Integrados de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA) e de Recursos Humanos (SIGRH), deverão observar as disposições previstas na RESOLUÇÃO Nº 313-CONSAD, de 10 de novembro de 2023 e RESOLUÇÃO Nº 301-CONSAD, 25 de setembro de 2023, e suas alterações.

**Art. 14.** A data inicial dos efeitos financeiros decorrentes da progressão funcional é no momento em que os requisitos são preenchidos, situação que ocorre ao final do interstício, respeitada a prescrição quinquenal, na forma expressa pelos artigos 13-A e 15-A da Lei n. 12.772, de 2012, excluída a promoção para a classe de Professor Titular.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 15.** Nos casos em que o requerente não obtiver pontuação suficiente para aprovação em avaliação no período correspondente ao interstício de 24 meses, a avaliação deverá ser postergada até que se alcance o cômputo mínimo necessário, nos termos definidos pela RESOLUÇÃO Nº 313-CONSAD, de 10 de novembro de 2023 e RESOLUÇÃO Nº 301-CONSAD, 25 de setembro de 2023.

**Art. 16.** Sempre que o docente alcançar a pontuação mínima necessária para aprovação em avaliação de desempenho em período superior aos 24 meses do interstício correspondente, a CAD deverá informar, no parecer de aprovação, o período avaliado e a data na qual o docente alcançou a pontuação mínima exigida, sendo esta definida como o marco de referência para as progressões seguintes.

**Art. 17.** Os processos de revisão farão parte de um cronograma específico e gradual de tratamento ao longo dos meses pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, dadas as singularidades a serem observadas para cada docente alcançado/a pelos efeitos da revisão, o volume esperado de pedidos, as capacidades operacionais das equipes de trabalho e os demais processos habituais de competência desta unidade.

**Art. 18.** Os pedidos devem ser solicitados em ordem cronológica para o correto reposicionamento funcional e/ou concessão de novas progressões.

**Art. 19.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CARLA ARAUJO ARRUDA, Pró-Reitor(a)**, em 12/11/2024, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufma.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufma.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1222488** e o código CRC **1297AB75**.